

ARQUEOLOGIA DE CONTATO NO RIO DE JANEIRO

*Ondemar Dias**

RESUMO: O artigo procura conceituar o termo arqueologia de contato e delimita o horizonte cronológico abordado à segunda metade do século XVI. Com base nos dados disponíveis e mesmo considerando as dificuldades de manipulação das informações históricas com as arqueológicas, apresenta o espaço do litoral brasileiro ocupado hoje pelo Estado do Rio de Janeiro, como de grande potencial para este tipo de estudo.

Falar em arqueologia de contato, significa, neste contexto, relatar as pesquisas que objetivam resgatar as evidências materiais das primeiras relações entre os povoadores indígenas deste território e os “descobridores” europeus. Evidente que, em outras circunstâncias, o mesmo termo poderia se referir a qualquer tipo de contato entre sociedades diferenciadas, fosse ele ocorrido entre grupos de uma mesma organização social (sociedades tribais, por exemplo, representadas por fases arqueológicas específicas) ou de padrões distintos (entre “sambaquianos” e “caçadores”, por exemplo).

Dentro deste conceito, aqui considerado, pode-se também encontrar na literatura arqueológica brasileira, o uso do termo “contacto interétnico” que é, aliás, o preferido por aqueles autores que cuidaram do assunto, conforme trataremos adiante.

Ainda em relação à questão conceitual é necessário esclarecer tanto o campo em que a mesma se move, quanto o horizonte cronológico e o espaço em que ela é aqui abordada. Isto porque suas limitações e fronteiras ainda não são claramente discerníveis, especialmente no que diz respeito aos problemas teóricos que ela envolve. De fato, em se tratando de um complexo de reconstituição que tanto pode ser construído com as ferramentas do arqueólogo quanto aquelas do his-

* Instituto de Arqueologia Brasileira, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

toriador, pode facilmente ser confundida com a arqueologia histórica. Por outro lado, o estudo dos importantes processos de aculturação e/ou fusão cultural entre os segmentos diversificados que constituíram a sociedade nacional, não tem merecido a necessária atenção dos profissionais e, quando o são, não se enquadram nos limites da *arqueologia de contato*. Seria, pois, de todo pertinente, definir e mesmo reduzir, esta matéria ao que ela comumente se reporta em outras partes do nosso continente, ou seja, exclusivamente aos aspectos referentes aos primeiros passos da longa caminhada em direção à formação do povo deste país, conforme o consideramos hoje.

O horizonte cronológico abordado neste texto, em função do contexto em que o mesmo se enquadra, restringe-se, sobretudo, à segunda metade do século XVI. Adota-se, portanto, uma visão histórica, periódica e demarcada por eventos datados segundo o nosso calendário em uso. Poder-se-á também, caso os objetivos fossem outros, desprezar estes limites temporais, enfatizando, então, a forma, numa perspectiva de caráter mais antropológico. Seria, guardadas as devidas proporções, a adaptação dos conceitos de “conquista” e de “avanço de fronteiras”, como ensina Chaunu (1968) por exemplo, para o estudo da América hispânica.

Também o espaço é aqui restrito a uma pequena extensão do litoral brasileiro, ocupado hoje pelo Estado do Rio de Janeiro e que atraiu a atenção tanto dos mais antigos povoadores da terra como dos recém-chegados portugueses. De um lado esta terra era há séculos, palco da disputa acirrada por partes de grupos tribais hostis e, por outro, abriu-se às investidas de europeus também inimigos, que aqui perpetuaram suas desavenças pela posse da terra, intervindo, por sua vez nas antigas rixas. Conquistada pelas alianças e pela espada, nunca mais perderia sua importância como foco de acontecimentos de vulto na formação nacional.

Considerando o acima exposto e o que já foi feito na área, em termos do que se trata, poder-se-á concluir que muito pouco, ou quase nada se poderá discutir. A pobreza da experiência acumulada, considerando-se o senso restrito do tema é, no entanto, compensada pela potencialidade que o mesmo encerra. Partindo-se do que está registrado historicamente, do conhecimento arqueológico já disponível para

horizontes mais antigos e mais recentes, pode-se pressupor um futuro promissor para este tipo de prática de pesquisa nesta região.

Os dados disponíveis

Por se constituir num dos primeiros focos da colonização européia e por sediar importantes núcleos de população indígena (e não é por acaso que ambas características se complementam) a área em foco é uma daquelas que contam com um significativo número de relatos contemporâneos da conquista, de forma que se dispõe hoje de testemunhos suficientes para a reconstituição de um quadro bastante claro, não só da distribuição destas comunidades ao longo do litoral, como da própria vida cotidiana das tribos locais, na época da chegada dos europeus. Pode-se destacar, pelo menos, cinco cronistas, alguns deles com experiência pessoal direta no trato com os indígenas, como Staden (1978), Léry (1980), Knivet (1906) ou que escreveram, como testemunhas visuais, os primeiros momentos da colonização, como Souza (1987) e Thevet (1978).¹

Durante os séculos seguintes, muitas das comunidades indígenas sobreviventes à redução e aldeamento foram objetos de estudo dos “naturalistas viajantes”, que as descrevem junto à flora e à fauna regional. Entre estes podem ser destacados, pela importância da sua contribuição, Saint-Hilaire (s/d), Spix & Martius (1938) e Wied-Neuwied (1940). Entre aqueles que habitaram a Província fluminense e delas se ocuparam, pode-se dar destaque aos trabalhos de Aires de Casal (1845) e Pizarro de Araújo (1945).²

São hoje também bastante numerosos os textos referentes às pesquisas arqueológicas, que permitem um grande aprofundamento no

1 As datas entre parênteses se referem ao ano de publicação do livro utilizado pelo autor. Sempre que possível, na bibliografia, consta o período histórico em que se localiza a obra.

2 As comunidades indígenas, por não possuírem documentação escrita e, portanto, por não registrarem fatos que, em última análise, constituam o campo de interesse dos historiadores, não eram consideradas por estes como fazendo parte da História. Daí serem elas enquadradas dentro dos parâmetros da assim chamada, então, “História Natural”.

tempo e que recuam em milhares de anos a visão sobre este povoamento pré-histórico. Entre as dezenas de publicações, podem ganhar realce aquelas que objetivam reconstituir o panorama em suas linhas gerais, sejam do autor deste texto, Dias Junior (1972), sejam de colegas de outras instituições de pesquisa, como Beltrão (1978)³.

Trabalhos, no entanto, que tiveram por objetivo específico a abordagem de sítios que representam os restos de comunidades da época do contato, como aqueles desenvolvido por Albuquerque (1970 e 1971) para Pernambuco, são, no entanto, muito raros na região em apreço. Na realidade, publicado existe apenas um, de Beltrão (1972) e, mesmo assim, carente da datação arqueológica que confirme a suposição da autora, ainda que bem alicerçada nas evidências materiais.

As dificuldades

O problema principal que existe em relação aos dados vistoriados acima, é que embora possam existir inúmeras coincidências entre os fatos descritos pelos cronistas e viajantes para determinadas sociedades observadas vivas e ocupando trechos específicos do território e os dados reconstituídos pelas escavações arqueológicas nestes mesmo locais, nem sempre (ou quase nunca, infelizmente) o fator cronológico é suficientemente exato para permitir que o conhecimento se complete, pelo menos em um nível que ultrapasse a mera suposição. Em outras palavras, para que o processo se complete (sobretudo se for considerado o princípio básico do “método etnográfico”) é necessário que não somente a morfologia do fenômeno estudado a sua localização no espaço (nem sempre, no caso, suficientemente exata) coincidam, mas que também o terceiro elemento — o fator tempo — feche a “gestalt”.

3 O autor reduziu a extensíssima bibliografia produzida no Estado do Rio de Janeiro aos dois exemplos citados, não por serem os mais importantes (pelo menos no que lhe diz respeito) mas, sobretudo, por sintetizarem bem o estado da pesquisa até a época de sua publicação. Além disso, cada um deles possui uma razoável bibliografia que poderá ser de utilidade para o leitor interessado.

Assim, por exemplo, um sítio estudado pelo autor, no longínquo ano de 1965, localizado na praia do Engenho Velho, na Ilha do Governador, na baía da Guanabara, coincidia com os dados e a localização geral descrita por Knivet (op. cit.) e outros, para uma antiga aldeia contemporânea da ocupação européia. A cerâmica tupi jazia junto a restos de comida, num pequeno cômodo sobre o qual, na época, restavam evidências daquela antiga construção que deu nome à praia. Uma vez analisada, a cerâmica se vinculou aos horizontes mais antigos da tradição Tupiguarani no Rio de Janeiro (fase Guaratiba), contrariando, portanto, a primeira impressão. A datação radiocarbônica do sítio confirmou ser a ocupação em causa muito mais antiga do que aquela observada pelo inglês quinhentista, recuando em cerca de quatrocentos anos o evento (1150 ± 100 , dC - SI. 434).

Outra questão que vem sendo colocada, há tempo, diz respeito às aldeias fortificadas, representadas na iconografia da época e que parecem ter sido relativamente comuns, sobretudo se for considerada a importância da guerra na sociedade tupi. Embora Beltrão (op. cit.) sugira a sua existência em alguns sítios localizados na ilha do Governador, as pesquisas ali desenvolvidas não deixaram claramente delineadas a sua existência. Mesmo naqueles sítios mais extensamente estudados, como o da Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, escavado pelo autor, com inúmeros sepultamentos em urnas e vinculado ao horizonte pré-histórico mais recente da Tradição Tupiguarani no Estado do Rio de Janeiro (fase Sernambitiba) ou no sítio de Tres Vendas, o mais extensamente abordado pelas pesquisas de campo, dirigidas por Kneip (1980) em Araruama (muito provavelmente associado àquela mesma fase cultural), não foi possível a localização de qualquer vestígio que seguramente indicasse a existência de tais paliçadas.

Por outro lado, uma estrutura do tipo foi localizada, há tempos, pela equipe dirigida por este autor, no sítio da Malhada, em Cabo Frio. Uma boa síntese dos trabalhos desenvolvidos no mesmo, pode ser encontrada em Carvalho (1984). Esta estrutura, uma paliçada elíptica refeita inúmeras vezes, se relaciona, no entanto, a uma comunidade de horticultores sem qualquer relação com os tupi históricos e representa o resultado de um processo local de adaptação milenar,

existente muito antes da chegada daqueles migrantes pré-históricos que viriam a ser conhecidos como tupi-guarani. Onde há, portanto, uma coincidência de forma, entre os dados históricos e os arqueológicos, falta todo o resto do contexto. Onde, aparentemente, aquele pode ser visualizado, ainda que tenuemente, falta a evidência morfológica que o confirme.

Conclusão

A arqueologia de contato (para ficar restrito ao título do texto), no Estado do Rio de Janeiro, está, praticamente por ser feita. Não que falte interesse, disposição e trabalho. Pelo contrário, esta área é uma daquelas que mostra maior produtividade em termos de atividades de pesquisa. Talvez que o direcionamento dos trabalhos ao se ocuparem, sobretudo, da reconstituição das linhas gerais do povoamento, é que tenham privilegiado pouco esta importante faceta do passado local. Os processos de interação cultural, por exemplo, que culminaram no surgimento de uma tradição arqueológica nova (aquelas denominada neo-brasileira) despertaram, ao longo do tempo, mais a atenção, constituindo, hoje, um campo regularmente bem conhecido.

Perspectivas como aquela proposta por Neme (1988), por outro lado, constituem diretrizes seguras para possíveis e convenientes programas de pesquisa a serem desenvolvidas no futuro. De fato, é de se esperar que, aproveitando a documentação histórica existente e que de forma alguma se reduz aos cronistas e naturalistas aqui resumidos, e também a farta produção dos arqueólogos da região, este campo possa a vir a ser fecundamente explorado pelos pesquisadores em um futuro próximo. Sem dúvida que a contribuição para o entendimento das raízes iniciais do processo de formação da sociedade colonial fluminense, não se restringe exclusivamente ao âmbito regional. Os processos aqui desencadeados, pelo destaque que os segmentos populacionais aqui sediados, ganharam ao longo do tempo, foram seguidos e adaptados em outras áreas, seja por influência destes, seja por fatores locais. De qualquer forma, no entanto, cotejando as experiências poder-se-á esclarecer inúmeros aspectos que permanecem obscuros

para todos aqueles, arqueólogos, historiadores e antropólogos (entre outros) que se preocupam pela reconstituição deste passado que segue vivo hoje nas estruturas sobre as quais se organizou a sociedade nacional.

ABSTRACT: *The contact archaeology in Rio de Janeiro.* — The paper aims to define the term contact archaeology and to delimitate the chronological horizon studied in the second part of XVI century. Based on the available data and taking into account the problems of confronty the historic and the archaeological information, it presents the Brazilian coast, where Rio de Janeiro is nowadays, as a place of great potencial for this kind of study.

Bibliografia

- AIRES DE CASAL, Manuel — *Corografia Brasíllica*, Rio de Janeiro, 1845.
- ALBUQUERQUE, Marcos — *Nota sobre a ocorrência de sambaquis históricos e de contacto interétnico no litoral de Pernambuco*, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas 1, 153-158, Recife, Jan/Jun, 1970.
- _____. O Sítio Arqueológico PE-16 Cb F(Um sítio de Contacto Interétnico. Universidade Federal de Pernambuco — Setor de Arqueologia, 37p. il. Pernambuco, 1971.
- _____. Subsídios aos estudos arqueológico dos Primeiros Contactos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil — *Clio*, Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 5, 105-116, Recife, 1982.
- BELTRÃO, M.C.M.C. — *Os Tupinambá no Rio de Janeiro: 1200 anos de ocupação*, Gráfica Alvorada Ltda, Brasília, 7p. 1972.
- _____. *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*, Editora Forense universitária, 276 p. il, Rio de Janeiro, 1978.
- CARVALHO, Eliana T. — *Estudo Arqueológico do sítio Corondó (RJ-JC-64): Missão de 1978*, Série Monografias. Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, IAB:2, 243 p. il. 1984.
- CHAUNU, Pierre — *A América e as Américas*, Coleção Rumos do Mundo, Volume VIII — Ed. Cosmo, Lisboa-Rio de Janeiro, 1968
- DIAS JUNIOR, Odemar F. — *Síntese da Pré-História do Rio de Janeiro*, Revista Histórica-Rio de Janeiro: 2, 75-83.
- KNEIP, Lina M.; MONTEIRO, A.M.F. e SEYFERTH, G. — *A aldeia pré-histórica de Tres Vendas, Araruama, Estado do Rio de Janeiro*, Revista do Museu Paulista, nova série, XXVII:283-338, 1980.
- KNIVET, Anthony — *The admirable adventures and estrange fortunes of master...*, Hskluytus Posthumus, XVI. Glasgow, 1906.

- LÉRY, Jean de. 1534-1611. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, Ed. Universidade de S. Paulo, Reconquista do Brasil, Nova Série, 10, 1980.
- NEME, Salete — *O contato interétnico entre europeus e sociedades tribais no Rio de Janeiro*, *Revista de Arqueologia*, vol. 5,1, p. 31-40, Rio de Janeiro, 1988.
- PIZARRO DE ARAUJO, Frei José de Souza — *Memórias históricas da cidade do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil — 1820-1822*, Rio de Janeiro, 1945.
- SAINT-HILAIRE, Auguste — *Voyages dans l'intérieur du Brésil — 1830-1851*, Paris, I/II parties.
- SOUZA, Gabriel Soares de... ca. 1540, ca. 1591 — *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Ed. Nacional, 5ª Ed. (Brasiliana 117), 1987.
- SPIX, J.B. von & MARTIUS, K.F.P. von — *Viagem pelo Brasil, 1823-1834*, São Paulo, Melhoramentos, 1938.
- STADEN, Hans, séc. XVI. *Dois Viagens ao Brasil*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo (Reconquista do Brasil, 17), 1978.
- THEVET, André. 1502-1590 — *As singularidades da França Antártica*. Ed. da Universidade de São Paulo (Reconquista do Brasil, 45). 1978
- WIED-NEUWIED, Maximilian, Prinz Zu — *Viagens ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.